

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
Data	___/___/___
Cod.	XV D 00 244 -

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 5ª Vara  
da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso

Eugênio Gervásio Wenzel, Perito Antropólogo, nomeado por honrosa designação de Vª. Exª. nos Autos da Ação Diversa -, processo nº **95.4496-0**, proposta pelo **ESPÓLIO DE JOSÉ VILELA SOBRINHO** contra a FUNAI e Outro, vem, mui respeitosamente, à presença de Vª. Exª. apresentar seu laudo pericial. Solicita que seja depositada a parte restante dos honorários em sua conta corrente nº 10115-8, agência 0283 da Caixa Econômica Federal.

Termos em que,  
P. Deferimento.

Dr. Eugênio Gervásio Wenzel  
Araras 16 de outubro de 2002

R. Silvio Luiz Mantelli, 449 13600-000 - Araras - SP Telefax. 019-5420656 eugeniowenzel@uol.com.br
---

## QUESITOS: Da Fundação Nacional do Índio

*1. Se a Terra Indígena Parabubure encontra-se demarcada e homologada por ato do Presidente da República?*

A Terra Indígena Parabubure encontra-se demarcada e homologada por ato do Presidente da República, conforme decreto nº84.337 de 21/12/79, com certidão no Cartório de Registro Imobiliário de Nova Xavantina - MT, sob o n. 2.965, com data de 14 de março de 1987.

*2. Caso positivo o quesito anterior, se a área "sub-judice" encontra-se total ou parcialmente inserida nos limites demarcados da área reservada aos silvícolas?*

A área "sub-judice" encontra-se totalmente inserida nos limites demarcados da área reservada aos silvícolas.

*3. Quais os indivíduos de origem ameríndia que habitam a Terra Indígena Parabubure?*

Os indivíduos de origem ameríndia que habitam a Terra Indígena Parabubure são os Xavante.

*4. De quando data essa ocupação?*

Essa ocupação data desde início do século XIX.

Os Xavante são uma subdivisão da grande nação Akwén (Xavante e Xerente), cujo habitat era o atual Estado de Tocantins entre os rios Tocantins e Araguaia, meridianos 48º e 51º, paralelos 12º e 16º.

Durante o segundo quartel do século XIX (1825 a 1850), forçados por vários motivos, entre eles o de terem sido vítimas de fazendeiros que tentavam escravizá-los e, de missionários católicos que desejavam catequizá-los, houve uma cisão no enorme grupo dos Akwén<sup>1</sup>. Conforme Baptista (1981), uma metade, que passou a ser conhecida como Xavante, ultrapassou o rio Tocantins e o Araguaia e, caminhando em direção à oeste, atingiu o rio das Mortes fundando, à margem direita, a aldeia São Domingos, em seguida fixou-se definitivamente à margem esquerda do mesmo rio, constituindo a aldeia Pimentel Barbosa<sup>2</sup>. Desta aldeia difundiram-se por terras mato-grossenses ocupando a região compreendida: a leste pelo baixo Rio das Mortes; ao norte pelos contrafortes da Serra do Roncador; a oeste pelos Rios Ronuro e Batovi, formadores do Xingu; e ao sul pelo médio Rio das Mortes. Essa ocupação deu-se paulatinamente, mediante o recuo de outras nações indígenas, que cederam seu habitat para os Xavante, com os quais mantiveram vizinhança territorial.

Conforme Ravagnani:

"O novo habitat Xavante em terras mato-grossenses apresentava como limite sul o rio das Mortes que os separava do território Bororo, de quem eram inimigos ferrenhos, a leste o rio Araguaia apartava-os do mundo civilizado e mais a nordeste dos índios Karajá, outra tribo inimiga; ao norte limitava-se com o rio Tapirapé, habitado pelos índios homônimos, único grupo com os quais os Xavante parecem não ter tido conflitos e a oeste a serra do Roncador isolava-os dos habitantes da região dos formadores do Xingu (Vários autores localizam os limites do território Xavante nesta área: Baldus (1948:157; 1938:238); Ariaga (1943:107); Malcher (1964); Aureli (1966:102); Cunha (1969:26); Giaccaria & Heide (1972: 36); Fonseca (s.d. 24-25); Aureli (s.d. 91); Bandeira Anhanguera (1938:191-2); Silva (1935 (b):223)" (Ravagnani 1991: 73 e 124).

"Até o ano 1850 já tinham tomado posse definitivamente de suas novas terras, donos "inconstestados" a rechaçar para sempre mais longe:

<sup>1</sup> "These tribes have, so far as we know, occupied their present habitat longer than any of the other indigenous peoples of Brazil (Mason 1950:288). They have lived and apparently thrived on the savannahs of the high Central Brazilian plateau where they have, to a remarkable extent, conserved their own traditions and way of life right down to the present day" (Maybury-Lewis, 1965/66:263). "Certain ethnographic problems remain to be elucidated however before a comparative study of the Gê may properly be undertaken. The historical relationship between the Shavante and the Sherente is one of these. I have elsewhere (Maybury-Lewis 1965) analysed the historical sources in an attempt to discover whether these two tribes were ever a single people. It is certain that they occupied either a common territory or adjoining territories in northern Goiás during the eighteenth century and it is of crucial significance for Gê studies to determine why the Shavante moved to their present location in Mato Grosso and, if possible, when" (Maybury-Lewis, 1965/66:264).

<sup>2</sup> Atualmente a aldeia Pimentel Barbosa, localiza-se próximo ao Posto Indígena Pimentel Barbosa, em local afastado do rio das Mortes.

Para o norte os índios Tapirapés e Caiapós

Para as praias do Araguaia, ao leste, os Karajás

Para o sul os Bororos

Para o sudeste os Kajabís e Bakairís”

Aquela liberdade sem peias, aquela vastidão imensa rica em caça, frutas e peixes, imensidão que percorriam incansáveis de abril a novembro, o quanto suas pernas aguentavam, provocou na tribo uma rápida explosão demográfica e em poucos anos os 500 emigrados alcançaram alguns milhares de silvícolas rudes e audaciosos.

Os primeiros aldeamentos dividiram-se e subdividiram-se, uns por mera superpopulação, outros por rixas internas, fixando-se uns mais ao norte, nas cabeceiras do rio São João (afluente de esquerda do Rio das Mortes), outros mais ao sul, no rio Areões de início, chegando em seguida até os rios Couto Magalhães e Culuene” (SBARDELLOTTO, 1996:91)

Quanto ao século XX, as notícias a respeito dos Xavante referem-se a ataques a seringueiros, a missionários e a outros grupos indígenas que adentravam seu território, situado na Serra do Roncador, entre os rios Coluene, afluente do rio Xingu e Rio das Mortes, afluente do Araguaia, na zona norte-oriental do Planalto do Brasil Central (Cf. Giaccaria, 1972:36).

Em 1922, os Xavante ocupavam as duas margens do Rio das Mortes, sendo registrados vários ataques a seringueiros e missionários que tentavam pacificá-los. Como marco desta ocasião temos a morte de dois padres salesianos que, ao subirem o Rio das Mortes, para contatar os Xavante, foram mortos pelos mesmos em 1934 (Cf. Giaccaria, 1972:28).

Em 1941, foi morto o inspetor do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) Pimentel Barbosa, enviado à área com objetivos de contatá-los. Os Xavante exterminaram "junto à aldeia mesmo, a expedição do doutor Pimentel Barbosa: seis mortos e um só sobrevivente, que conseguiu salvar-se fugindo" (Giaccaria, 1972:28).

Em 1944, a pacificação dos Xavante foi confiada a Francisco Meireles. Após um ano de trabalho de atração, no início de 1946, o sertanista contata pela primeira vez os Xavante, em Mato Grosso<sup>3</sup>.

Para corroborar as referências quanto ao território ocupado pelos Xavante "na última década, uma importante frente de expansão de fazendas de gado formou-se nos municípios de Barra do Garças e Luciara, no Mato Grosso. Durante quase um século, essa imensa região,

<sup>3</sup> Cf. Ravagnani, no século XIX houve uma primeira pacificação dos Xavante, em Tocantins.

entre os rios Araguaia e Xingu, estava fechada à colonização brasileira devido aos ataques dos índios Xavante de língua Jê. Em 1946, o Serviço de Proteção aos Índios pacificou os Xavante, e uma corrente constante de colonos começou a se deslocar para a área (gn)..." (Davis, 1978:143).

Serpa analisa a história de contato dos Xavante, anterior a sua penetração em território mato-grossense:

"Um grupo<sup>4</sup> mais 'ortodoxo' teria se desligado de outros que acatavam o contato e se dirigido à região do rio das Mortes<sup>5</sup>, que atravessou. Este grupo teria se chocado então com os Karajá. Em 1844, é noticiada a presença de Xavante na Ilha do Bananal. O líder desse grupo era Butsé, de acordo com as narrativas orais dos Xavante, registradas (por) Giaccaria E. Heide (1972). Segundo essas narrativas os Xavante, haviam fundado uma aldeia às margens do rio Araguaia, afastando-se dos brancos que, voltando a importuná-los, resolveram atravessar o rio e fundar uma nova aldeia próxima ao rio Cristalino. Passado algum tempo, descobriram um acampamento de brancos que teria vindo ao encontro deles com a finalidade de atacá-los. Aproveitando as noites chuvosas da estação, resolveram fugir e atingiram o Rio das Mortes, onde uma parcela do grupo atravessou o rio e a outra, com medo dos botos permaneceu ao longo do rio (Cf. Giaccaria, B. e Heide, A., 1972:23)" (Serpa, 1990:117).

E continua, pouco adiante, "os conflitos com Bororo e Karajá explicam-se pela intrusão dos Xavante recém-chegados, que disputam território controlado por estes povos, territórios ainda não ocupados por brancos" (Serpa, 1990:119).

Enquanto diversos autores concluem que os Xavante atravessaram o rio Araguaia em meados do século XIX, há

"... a (...) notícia de **Xavante em Mato Grosso já em 1800 (gn)**, ou seja, doze anos após a submissão do primeiro grupo aldeado no Carretão, (o que) antecipa as datas da imigração sugeridas em várias hipóteses. De acordo com Maybury-Lewis (1965:335) teria se dado na

<sup>4</sup> Grupo Akwén é formado pelos Xavante e Xerente.

<sup>5</sup> "O relatório, do Presidente da Província de Goiás, Antônio Augusto Pereira da Cunha à Assembléia Legislativa da mesma Província (Doc. do Arquivo Público Nacional: 1856) diz que: 'que da parte de Frei Sigmundo de Taggia, que recebera ordem para catequisar Xavante bravios do rio das Mortes foi um emissário a uma aldeia daqueles aborígenes, nada conseguindo de um velho índio com quem se entendeu e que lhe disse: 'os cristãos são muito maus' - quando eles (os índios) estavam no Carretão sofreram judiações com palmatórias, tronco, corrente, chicote, colar etc. (...) Alterou-se um pouco o nome deles, que agora são conhecidos como Xavante. Teem-se como homens corajosos, até mesmo feroces, e são o terror de seus vizinhos, os Carajás do Araguaia.'"

década de 1840, para Darcy Ribeiro, a partir de 1859 (Ribeiro, 1970:65), para Giaccaria e Heide (1972:23) por volta de 1860-70<sup>6</sup>, pela nossa, a partir de 1820. É verdade que já existiam em 1800 as condições que os levaram posteriormente a imigrar para o Rio das Mortes: contato permanente na aldeia do Carretão e esporádico com as frentes de expansão. Mas muitos documentos registram sua estada em vários locais da Província até bem mais tarde. Por isso supomos que se trate de um caso isolado, de apenas um grupo que para lá se dirigiu, antecipando um processo que se desencadearia duas décadas mais tarde." (Ravagnani, 1991:72).

Concluindo, a ocupação Xavante desse território data do início do século XIX, sendo que antes outras nações indígenas ocupavam esse território.

*5. Se os índios utilizam todo o território demarcado para apropriação dos meios indispensáveis à sua sobrevivência física e cultural?*

Os índios utilizam todo o território demarcado e áreas mais ou menos próximas, para apropriação dos meios indispensáveis à sua sobrevivência física e cultural. A utilização de áreas vizinhas para se apropriarem de meios de sobrevivência, está motivando o órgão tutelar a estudar a possibilidade de corrigir os limites definidos, atendendo demanda dos Xavante.

Como se trata da questão da terra, de sua ocupação tradicional por parte dos Xavante, para conhecer os caracteres desses índios, é de interesse observar de que modo eles desenvolveram seu relacionamento com esse ekos. Para entender esse ekos utilizo algumas observações extraídas do trabalho de

<sup>6</sup> Segundo Lopes da Silva (s/d apud Valadão 1994):  
"Calcula-se que a penetração dos Xavante em território matogrossense tenha ocorrido por volta de 1870. Atravessando o Araguaia, o grupo liderado por Butsé concentra-se na aldeia de WEDE U, onde sofrem epidemias em consequência das quais todos os velhos vêm a falecer. Os Xavante deixam, então, essa aldeia e se mudam para a de ITSOREPRE, onde vivem cerca de trinta anos. As duas aldeias localizam-se na região do rio das Mortes. Ao fim desses trinta anos, por motivos políticos, há uma cisão e parte do grupo funda nova aldeia ETE RAU RAWAWE, mais a noroeste, provavelmente na região do rio Sete de Setembro. Parte desse grupo logo volta ao rio das Mortes e se junta aos companheiros de ITSOREPRE. Entre as duas aldeias há enfrentamentos. Os moradores do Sete de Setembro deslocam-se para o sul e passam a morar na região conhecida como Lagoa, às margens do rio Couto Magalhães. É ali que fundam a aldeia de WARDIZEREWAPRE. Enquanto isso, nova cisão ocorre em ITSOREPRE."

Maybury-Lewis. Este autor realizou sua primeira pesquisa entre eles no ano de 1958, nessa região.

"O território Xavante constitui uma parte da porção ocidental do Planalto Brasileiro. É uma região de campos cerrados, a cerca de 600 metros acima do nível do mar, o que a protege de índices extremados de calor e de umidade. Há uma estação seca, bem demarcada, que vai de maio a setembro, quando até mesmo uma garoa é acontecimento raro e quando os viajantes cujas rotas se distanciam dos rios maiores estão seriamente expostos à sede. Durante este período, os lagos que se formam na estação chuvosa recobrem-se de tufos esparsos de capim que surgem no meio de 'poças' de lama ressecada, que se quebra sob o pé como gelatina. Nessas 'lagos', por mais que se cave, só é possível encontrar uma quantidade mínima de água muito barrenta. As chuvas chegam em outubro e, em geral, são fortes. Em janeiro e fevereiro, a terra costuma ficar encharcada, inundada mesmo, de modo que caçadores e índios andam sempre com água quase pelos joelhos. O viajante tem, então, dificuldade para encontrar um lugar seco onde possa acampar para passar a noite ou, simplesmente, onde possa se deitar para dormir".

"O solo é de arenito, conglomerado e xisto (Sauer, 1950:323) e é geralmente conhecido por sua má qualidade" (...)(1984:75).

"Dadas as circunstâncias compreende-se porque os Xavante foram deixados relativamente em paz e puderam perambular em sua terras durante tanto tempo. Quando se diz que o território Xavante é constituído por "campos", é preciso ressaltar que não se trata de 'campos limpos', muito valorizados como pastagens e sim de 'campos cerrados'. Um geógrafo descreveu estes 'campos cerrados' como sendo 'uma savana com moitas esparsas de mata mirrada e temporária' (James, 1941:505). Podem, às vezes, ser produtivos, mas geralmente (e este é o caso do território Xavante), são solos pobres e constituem algumas das regiões menos densamente povoadas em todo o Brasil". (id.1984:76).

"Os Xavante gostam do cerrado por sua amplidão, por ser aberto (gn) em comparação à floresta tropical, encontrada em todo o seu território nas matas-galeria que se formam ao longo de todos os cursos d'água. Até mesmo os menores riachos correm num tunel formado por mata densa. Os Xavante apreciam as matas ciliares porque nelas sempre encontram água e muita abundância de raízes e frutas, que são a base de sua alimentação. As palmeiras de buriti (Mauritia sp.), cujas folhas fornecem a fibra para seus ornamentos cerimoniais (gn), são freqüentemente encontradas nas matas-galeria (embora não apenas aí), bem como as árvores cuja madeira é utilizada na manufatura de vários artefatos. É aí, também, que se encontra o melhor solo para o cultivo de suas culturas escassas. Além disso, estes lugares são geralmente bons para caçar, pois os animais sentem-se atraídos pela sombra fresca e úmida destas matas" (...)(id.1984:76-7).

No relacionamento com este ekos, eles estruturaram suas atividades de subsistência.

"Pensou-se, com freqüência, que as tribos que habitam os campos cerrados do Planalto Central subsistiram principalmente (senão exclusivamente) graças à caça e à coleta. As tribos Jê eram, portanto, consideradas como sociedades de caçadores por excelência: sua agricultura era tida como extremamente rudimentar ou mesmo inexistente. As pesquisas de Nimuendajú (1946:57) e Lowie (1946:480) muito contribuíram para corrigir essa visão pois mostraram que todas as tribos Jê até então conhecidas haviam sempre praticado uma agricultura módica mas significativa, que tinha, (...) uma importância considerável" (Maybury-Lewis, 1984:79).

Os Xavante, além da coleta - abaixo descrita - e da agricultura, estão iniciando uma criação de gado bovino, mas a atividade simbolicamente mais importante para os homens, é a caça.

"Todos os ambientes são utilizados para caça, principal atividade, a que os interessa mais do que qualquer outra para a qual despendem mais energia e a respeito da qual falam sem cessar. Reúnem-se diariamente no centro da aldeia para comentar detalhes de caçadas, trocar informações e para comentar detalhes de caçadas, trocar informações e fazerem planos para caçadas coletivas. Envolvendo sonhos constantes, iniciações masculinas, feitiços e controle de forças sobrenaturais, a caça e a valorização do bom caçador encarnam o ideal de masculinidade Xavante e sua importância transcende o valor alimentício propriamente dito constituindo-se em elemento simbólico fundamental para a reprodução cultural da sociedade Xavante"(Valadão, 1994:s/p).

Como animais de caça, os Xavante elencaram os seguintes, em ordem decrescente de importância: anta, veado catingueiro e mateiro, tamanduá-bandeira, porco-queixada, caitetu, tatu, cervo, jacaré, sucuri, capivara, jibóia, paca, jabuti, tatu-peba, tatu-bola, tatu-canastra, mutum (preto e carijó<sup>7</sup>), jaburu, siriema, pato, marreco, ema, jacu, jacutinga, , gavião vermelho, arara vermelha, amarela e preta, papagaio, periquito, pomba do campo, jaó, pica-pau, perdiz, gavião rajado, onça e guariba. A carne de todos eles é comestível, excetuando-se gavião rajado, onça e guariba. Na caça o macaco, é poupado.

A caça diminuiu sensivelmente com a abertura das fazendas na região, fator importante a ser considerado, tanto em relação à atividade de subsistência física, quanto ao significado cultural.

"Sem a caça, a cultura Xavante seria muito diferente (gn); mas sem a coleta, os Xavante não seriam jamais capazes sequer de existir. Em 1958,

<sup>7</sup> Conforme alguns informantes Xavante: o mutum preto é o mutum macho e o carijó, a fêmea.

os Xavante de São Domingos não comiam carne todos os dias e chegavam a ficar sem carne durante vários dias seguidos quando estavam muito ocupados para ir caçar. Nunca se passava um dia, porém, sem que os produtos naturais da região estivessem à mão.

"Esses produtos eram, basicamente, de três tipos: raízes, cocos e frutas (gn). (...) São coletadas em grandes quantidades em certas regiões do cerrado e fornecem uma dieta nutritiva embora composta quase exclusivamente de amido. Geralmente são trazidos à aldeia no fim da tarde ou ao anoitecer: As fogueiras são acesas (ou reavivadas) e metade das raízes são cozidas em panelas enquanto que as demais são assadas diretamente na brasa. As assadas ficam prontas primeiro e podem ser ingeridas na própria casca ou são descascadas, de acordo com a vontade do indivíduo" (Mayburi-Lewis, 1984:87).

O processo adaptativo dos Xavante a esse ekos insere-se ainda num contexto mais amplo, que implica hoje no processo de pacificação e de penetração de brancos em seu território tradicional, conforme observa Silva:

"Redução dos limites do território controlado pelos índios, perda de áreas ricas em produtos de coleta; escassez da caça pela proximidade de fazendas e vilas (gn); desequilíbrio demográfico (redução drástica da população nos anos iniciais do contato, podendo ou não haver recuperação posterior) devido a doenças e eventualmente a conflitos na disputa pela terra; necessidade de bens manufaturados e experiências com a venda da força de trabalho parecem ser compulsões que necessária e inexoravelmente se impõem às populações indígenas em contato com a sociedade nacional".

"Os Xavante não escaparam à regra. No seu caso específico, a primeira grande alteração afetou o padrão semi-nômade de exploração do meio ambiente. O processo de abandono das expedições coletivas de caça e coleta (dzömon) está hoje quase completo. (...) Isto significa diminuição da frequência de atividades econômicas coletivas e traz, como alternativa para a sobrevivência, um aumento da importância da agricultura como fonte de alimentos. Ênfase na agricultura significa, além da sedentarização, ênfase em atividades econômicas individuais (as roças Xavante pertencem, às famílias nucleares). Uma das conseqüências da dedicação de um número maior de horas de trabalho para a subsistência é a diminuição das oportunidades para as atividades comunitárias (sociais, rituais)." (Lopes da Silva, 1980:11-12 apud Silva, 1983:47).

Na economia Xavante hodierna, a agricultura, segundo esta autora, é mais significativa, se comparada à época pesquisada por Maybury-Lewis. Eles mantêm as outras atividades econômicas, como caça, pesca, coleta. O plantio é desenvolvido hoje em roças familiares ou comunitárias. As últimas podem ser de "toco" (técnica da coivara), ou mecanizada. Esta, a mecanizada, é sinônimo de plantio de arroz, que conta com a assistência da FUNAI. Em

suas roças familiares (mais próximas da aldeia), eles plantam produtos como: milho (rajado, branquinho, amarelo, preto e vermelho), abóbora, mandioca (transformada em farinha seca - ralada -, ou de puba - cascalho, também consumida em forma de beiju ou cozida), batata, inhame, feijãozinho, feijão de corda, melancia, arroz, amendoim, cará, mangarito e mamão. Na roça "comunitária", ou "de aldeia", (distantes até sete Km), promovem o plantio de cultívars como arroz, milho, cana, feijão, melancia, abóbora e banana (esta última também para o comércio),.

Cultivam árvores frutíferas como a mangueira e a goiabeira, e plantas como o urucu e o algodão.

Conforme depoimentos, mediante a coleta eles obtêm: batata do mato, inhame silvestre, pequi, urucum, mangava (mangaba), jatobá, ubaru, buritirana, babaçu, tucum, bacaba, buriti (dos dois últimos extraem a polpa das frutas para fazer um suco). Buscam mel de diversas espécies de abelhas: chupé, jataí, mandaguai, europa. São objeto de coleta as formigas vermelhas e os gafanhotos. Coletam ainda o algodão, as folhas de: babaçu, buriti, sapé (para a cobertura das casas) e de tucunzinho (para a indústria da corda). Coletam o olho da palmeira de buriti (para confecção de cesto e esteira para dormir); a taquara (necessário para as flechas); os troncos: da buritirana (para fazer ponta de flecha), do coqueiro de tucum (confecção de seus arcos e pontas de flechas) e do buriti (utilizado no ritual de corrida de tora); a madeiras do pau-brasil (para a confecção de borduna) e do "pati" (para a indústria do arco).

"O território Xavante é, portanto, naturalmente bem dotado para a manutenção de uma pequena população de caçadores e coletores nômades. Um coletor eficiente consegue alimentar várias bocas sem dificuldades excessivas. Como a coleta é basicamente uma atividade feminina, deduz-se que as mulheres constituem componentes economicamente ativos no âmbito do grupo doméstico. Os homens, às vezes, também saem para coletar, já que não consideram que essa atividade os diminua. Acontece simplesmente que a maior parte do seu tempo é despendido na caça, na vida social e cerimonial da comunidade, da qual as mulheres participam pouco (gn). As excursões de coleta com outras mulheres representam, aliás, uma das poucas oportunidades oferecidas a uma mulher de relacionamento social fora de suas casas. O resultado é que as mulheres gostam de ir coletar e geralmente procuram voltar mais cedo para tomarem juntas um banho gostoso no rio mais próximo ao acampamento" (Mayburi-Lewis, 1984:92).

Com as mudanças impostas pelo contato, quase não é mais possível para o Xavante ausentar-se da aldeia e da roça.

"O território perde, portanto, aquele caráter de área de domínio e exploração de um grupo Xavante que o percorria sistematicamente e

passa a ser o pedaço de terra cujo domínio é preciso assegurar para a garantia da sobrevivência de todo um povo. Os limites de seu território passam a ser a divisa entre dois mundos, entre os quais a realidade de uma relação simétrica parece estar ainda distante" (Silva, 1983:52).

Mas, essas mudanças não alteraram a tradicional paixão pela caça e coleta. O território é ainda percorrido pelos caçadores Xavante e pelas mulheres que saem coletando cocos, frutas, alimentos.

Quanto à pesca, outra atividade econômica praticada pelos Xavante sabe-se que seu interesse

"foi despertado pela introdução da técnica do anzol e da linha. É utilizada hoje com exclusividade e os Xavante deixam de pescar quando não dispõem desse material".

"(...) Para ganhar tempo voltaram-se para a pesca e descobriram que, gastando pouco tempo e com pouco trabalho, um homem com anzol e linha pode pescar o suficiente para alimentar todo um grupo doméstico".

"A pesca é, portanto, uma atividade importante apenas durante o período em que os Xavante se fixam temporariamente em algum lugar. Caso contrário, alguns homens entregam-se a pescarias ocasionais seja porque não estão com vontade de caçar, seja porque os rios das redondezas são especialmente piscosos. A pesca só é praticada com certa regularidade pelos meninos. As mulheres nunca pescam, a não ser quando usam uma panela ou uma peneira para pegar grandes porções de piabinhas. Estes peixinhos são apreciados como iguarias especiais mas tem pouca importância na dieta Xavante" (Maybury-Lewis, 1984: 97-98).

Segundo os depoentes, na pesca, utilizam variadas técnicas, como arco-flecha, anzol, rede, tarrafa, espinhel e timbó (só no lago), para: jaú, pirarara, pintado, piranha, peixe-cachorro, tucunaré, pacu, piau, matrinchã, mandi, jiripoca. Em resumo, *come todo o tipo de peixe*. Faz parte dessa atividade a captura da tartaruga e do tracajá.

Esse quadro sucinto de atividades econômicas, caracteriza a situação atual, no sentido de ocupação desse seu território - que ultrapassa os limites demarcados -, imprescindível a sua sobrevivência físico-cultural.

6. Se na época da titulação da área por parte do Estado de Mato Grosso aos antecessores do Autor, havia posse indígena de forma permanente no perímetro demarcado como sendo Terra Indígena Parabubure?

7. *Qual ou quais os fatos históricos marcantes da presença de índios na região, em especial em Parabubure?*

8. *Mesmo em face da titulação das terras compreendidas como Parabubure, os índios deixaram de alguma forma de se utilizarem delas para aquisição dos meios de sobrevivência?*

Esses três quesitos, além de estarem parcialmente respondidos nos quesitos acima, especialmente nas respostas aos quesitos n. 3 e 4, podem ser respondidas em conjunto.

Início com citação de Serpa que, em seu estudo, chega às seguintes conclusões:

- a) a acidentada história dos povos Akwe (Xavante e Xerente), tem sido marcada por faccionismo interno e intervenções externas (epidemias, assassinatos, invasões, etc), deteminando movimentos migratórios na ocupação do território. Todavia, estes deslocamentos se deram, enfim, sempre no interior do território de ocupação indígena mais abrangente;
- b) os Xavante têm sido sistematicamente expulsos de seus territórios desde o século XVIII, pelo menos;
- c) a chegada pelos Xavante no Mato Grosso foi motivada por uma busca de isolamento dada a ocupação pelos colonizadores do território localizado em Goiás (atual Tocantins, n.a.);
- d) a ocupação compreendida pela região dos rios das Mortes, Culuene, Couto Magalhães e Batovi pelos Xavante, pré-existiu à colonização dos “civilizados”;
- e) a área (Parabubure) era habitada por vários grupos Xavante, fato típico da própria organização sócio-política da sociedade Xavante caracterizada pelo faccionismo;
- f) o padrão semi-nômade de exploração do meio ambiente, característico da sociedade Xavante tradicional deve ser visto não só por uma razão prática, econômica, mas também articulado ao modo pelo qual se organizam as relações sociais e políticas desta sociedade.
- g) a mobilidade típica da sociedade Xavante tradicional caracteriza o seu padrão de ocupação territorial, portanto, a “perambulação” não é mera “andança”, e o território de ocupação Xavante ultrapassa muito além do local onde se assenta a aldeia base, compreendendo também as áreas dos acampamentos, os caminhos de deslocamentos, os nichos de exploração e as áreas necessárias para a própria preservação dos recursos ambientais; e
- i) em termos cronológicos é impossível uma precisão absoluta dos movimentos desses vários sub-grupos Xavante dentro de seu território tradicional, uma vez que há ausência de registros escritos contemporâneos aos fatos” (Serpa, 1990:103-104).

A "pacificação" dos Xavante, já mencionada acima, interessava à sociedade nacional que buscava integrar esse território a sua economia.

"Esta busca de contatos pacíficos com os índios visava, segundo Ravagnani (1977: 66-75), à liberação de terras para a lavoura e a pecuária e, acima de tudo, à liberação dos rios Tocantins e Araguaia à navegação. A esperança da economia regional, em declínio, assentava-se na possibilidade de comércio entre o norte (Pará e Maranhão) e o sul do país através dos rios. A sedenterização dos índios faria dos aldeamentos pousadas bem supridas para os navegantes que faziam o comércio e forneceria mão-de-obra (remeiros e batedores) aos viajantes. E, após essas considerações, afirma que 'Os Xavante entraram para o convívio pacífico com o mundo dos brancos no momento em que estes estão com sua economia em pleno declínio, o que explica sua curta permanência nos aldeamentos' (Ravagnani, 1977: 72 apud Serpa, 1990:114).

"Segundo Ravagnani (1977) a primeira fase da história Xavante (1770-1790) "se caracterizou pela redução de tribos numericamente grandes e estereotipadas como altamente "ferozes", por suntuosos aldeamentos, tanto em extensão de área construída quanto pelo tipo de construção... Mas a expansão e a manutenção desses aldeamentos implicavam em grandes gastos para os cofres reais". Os aldeamentos construídos na segunda fase (1790 até o final do século XIX) "se caracterizaram pelas construções simples, localização em pontos estratégicos para a navegação do Tocantins e Araguaia ou como pontos avançados no sertão para garantir a tranquilidade dos povoados." (op. cit.: 79). Segundo Lopes da Silva (s/d), nessa época os aldeamentos transformaram-se em centros de colonização, muitos não índios passando a residir ali e expulsando gradativamente os índios (apud Moreira Neto, C., 1971 e Ribeiro, D., 1977: 65). Afirma a mesma autora que a situação de abandono em que se encontravam os aldeamentos no início do século XIX pode ser atestado pelas impressões de Cunha Mattos, que visita o Carretão em 1823: "os índios que aqui habitam montam a 200, em lugar de 5.000 que já estiveram neste lugar. Tem um capitão-mór indígena e quase todos os seus súditos pertencem à nação Xavante e mui poucos caiapós ... Estes índios são pacíficos, salam mal o português, são batizados, preguiçosos, embriagados e por hora inúteis a todo mundo"(apud Souza, L., 1953: 10)" (Serpa, 1990:115-6).

"Entretanto, segundo Ravagnani (1977), alguns grupos Xavante mantiveram-se arredios e a eles os remanescentes dos aldeamentos, especialmente os do Carretão, foram juntar-se, a partir de 1830-1840, fugindo assim dos maus tratos, trabalhos forçados, epidemias e o completo abandono por parte das autoridades. Em 1842, os Xavante atacavam o norte da Província e os ataques continuaram até o final do século XIX (cf, op, cit,: 80)" (Serpa, 1990:115).

“Segundo Lopes da Silva (s/d) a “pacificação” dos Xavante não aconteceu num único fato, pois outros grupos Xavante ocuparam desde a década de 30 (século XX), outras regiões do Mato Grosso. Estes grupos excluídos dos relatos “oficiais” da pacificação ocupavam a região do rio Paranatinga, Batovi, Couto Magalhães e Culuene (gn), e aceitaram o contato com os Brancos nas situações que apresentaremos a seguir” (Serpa, 1990:126).

“Segundo o depoimento de Odenir Pinto de Oliveira, coletado pela autora, os Xavante da região do rio Batovi afirmaram que, quando da travessia do Araguaia, o grupo original de Xavante (na opinião de Ravagnani, um aglomerado de pequenas facções unidas momentaneamente para aumentarem suas possibilidades de conquista do novo território) subdividiu-se: 'Um grupo permaneceu naquela região de São Domingos ... um grupo seguiu direto para o rio Batovi; o terceiro grupo, que seguiu para a região do Couto Magalhães e Culuene foi posteriormente subdividido: parte foi para as missões, descendo em direção ao sul, e parte foi mais para oeste, para a região de Simões Lopes', atual P.I. Bakairi” (Serpa, 1990:126).

“Segundo a versão dos Xavante, diz Odenir, essa subdivisão deveu-se a ataque de “civilizados” de Barra do Garças e à contaminação dos Xavante por meio de roupas e brindes lançados de avião em suas aldeias na região que denominam Parabubure (rios Culuene e Couto Magalhães). Diante disso, os índios se reuniram e decidiram se subdividir para, as diversas frentes, entrar em contato pacífico com os brancos, buscando 'aprender os costumes, a língua e, principalmente conhecer os medicamentos que os brancos usavam para aquele tipo de doença para o qual eles não tinham defesa'. Foram esses os grupos que chegaram a Sangradouro, Meruri e Simões Lopes, já na década de 50. Assim, conclui a autora que, a 'pacificação dos Xavante deu-se, portanto, em três momentos distintos, em três locais diferentes e através de três agências de contato diversos: 1º) em 1946-47, na região do rio das Mortes, por frente de atração do SPI especialmente constituída para esse fim, chefiada por Francisco Meireles; 2º) em 1953-57, na região do rio Paranatinga, em áreas sob jurisdição do Posto Simões Lopes, sob administração de Vanide Oliveira; 3º) em 1955-56, dois outros grupos se estabelecem junto aos Salesianos, nas Colônias de Sangradouro e Meruri, onde viviam grupos Borôro” (Serpa, 1990:126-7).

Para corroborar mais os fatos históricos marcantes da presença de índios na região, especialmente de Parabubure, recorreremos ao mesmo autor que faz uma síntese das

“Migrações Xavante no Mato Grosso - 1870 a 1970

“A partir das informações contidas nos trabalhos de Giaccaria E. Heide (1972) e Maybury-Lewis (1984), a antropóloga Aracy Lopes da Silva (s/d) reconstruiu o trajeto dos Xavante e as situações que provocaram o surgimento

de novas aldeias e a ocupação de novos territórios, durante último século, no Estado do Mato Grosso” (Serpa, 1990:127).

“Na sua reconstituição, Lopes da Silva (s/d) explicita a trajetória Xavante no Mato Grosso, nos seguintes termos:

‘Calcula-se que a penetração dos Xavante em território mato-grossense tenha ocorrido por volta de 1870. Atravessando o Araguaia, o grupo liderado por Butsé concentra-se na aldeia do Wede’ú, onde sofrem epidemias em consequência das quais todos os velhos vêm a falecer. Os Xavante deixam, então, essa aldeia e se mudam para a de Itsorepré, onde vivem cerca de trinta anos. As duas aldeias localizam-se na região do rio das Mortes. ao fim desses trinta anos, por motivos políticos, há uma cisão e parte do grupo funda nova aldeia, Ete’rau’rãwawe, mais a noroeste, provavelmente na região do rio Sete de Setembro. Parte desse grupo logo volta ao rio das Mortes e se junta aos companheiros de Itsorepré. Entre as duas aldeias há enfrentamentos. Os moradores do Sete de Setembro deslocam-se para o sul e passam a morar na região conhecida como Lagoa, às margens do rio Couto Magalhães. É ali que fundam a aldeia de Wabdzerewapré.

“Voltemos então no tempo e modifiquemos nosso rumo: vamos acompanhar os desdobramentos da comunidade que assentara em Wabdzerewapré, na região da Lagoa, no Rio Couto de Magalhães. Ficaram ali dois anos, depois dos quais mudaram para Wedetede, na região do rio Couto Magalhães onde foram atacados por uma epidemia que provocou, provavelmente várias mortes (Giaccaria, B. e Heide, A., 1973: 23). Dessa aldeia saiu o grupo que se situou em Rituwawe (hoje “aldeona”, reconstruída na reserva Indígena de Parabubure, na região do Rio Couto de Magalhães). Parte desse grupo dirigiu-se depois para Wedetede, na mesma região. Mais tarde ainda, outra parte dessa comunidade foi para a aldeia de Öniudu fundada, no rio Culuene (gn), por dissidentes Wedetede (comunicação pessoal de Mário Juruna a Aracy Lopes da Silva - são Paulo, 05.09.81. Giaccaria e Heide apresentam o que se supõe ser um detalhamento dessa informação nas páginas 24 e 25, embora com pouca clareza)” (Serpa, 1990:130-1).

“Quanto ao grupo assolado pela epidemia, dizem-no os autores salesianos que vagaram algum tempo, sem aldeia fixa e acabaram por se cindir: parte do grupo volta a Wedetede (na região posteriormente ocupadas pelas fazendas Xavantina e outras), e parte distancia-se mais, em direção oeste, chegando à região do rio Culuene (gn), onde fundam a já citada aldeia de Öniwiture” (Serpa, 1990:131).

“Mais tarde, nova cisão deu Öniudu, em resultado da qual um grupo dirige-se a Parabubu, enquanto outro volta ao rio das Mortes, reunindo-se aos Xavante de Itsorepré, onde procura reforços para atacar Parabubu (Giaccaria e Heide, 1972: 24). Pode-se, a partir de sua leitura, presumir que parte da comunidade de Parabubu, depois do ataque, transfere-se temporariamente para uma nova aldeia, Parawãdza’radzé, localizada na

região do rio Couto Magalhães, retrocedendo, portanto a leste)” (Serpa, 1990:131-2).

‘O texto de Giaccaria e Heide (1972: 24-26) é extremamente claro quando aponta os fatos que levaram os Xavante a se retirarem - durante toda década de 50 - da aldeia de Parabubu:

‘O grupo de Parabubu ficou 4 anos aí (às margens do rio Couto Magalhães), e, por causa de um ataque dos brancos (junho de 1951 ou 52), e juntou-se aos de Parawãdza’radzé (...)’” (Serpa, 1990:132).

“Esse grupo, depois de um ano de permanência em Parawãdza’radzé, se transfere para a aldeia de Ete’rãurã junto ao rio Pehöyrepá, onde se celebra a perfuração das orelhas (rito de iniciação à puberdade masculina) e dos Êtepa (uma das 8 classes de idade da sociedade Xavante). Eles ficam quatro anos nesta aldeia (1952-56); deixam-na em abril de 56, por causa de uma epidemia contraída usando roupas que receberam dos brancos em Xavantina (Giaccaria e Heide, 1972: 25-26). Este grupo, a partir de então, desloca-se para o sul, acabando por alojar-se temporariamente sob a proteção das missões salesianas, área de refúgio” (Serpa, 1990:132-3).

“Quando, por volta de 1960, alguns Xavante começaram a retornar à região, encontram-na quase totalmente ocupada por fazendas. Durante sua ausência, as terras haviam sido declaradas devolutas pelo Governo do Estado de Mato Grosso e subseqüentemente vendidas a proprietários particulares a quem foram outorgados títulos de propriedade. A presença dos Xavante na área exerceu pressão suficiente para que, na década de 60, o Governo do Estado cedesse uma área de 10.000 ha., que só passou para o controle efetivo e total dos índios em 1975, com a retirada de benfeitorias e gado pertencentes a um fazendeiro vizinho, o Dr. Armando Conceição. Anos mais tarde, em 1972, o Ministério do Interior ampliou a área dos índios, fixados os limites da Reserva Couto Magalhães, acrescentando 13,800 ha. ao lote anterior” (Serpa, 1990:133).

“Com a segurança de uma reserva marcada (ainda que em dimensões extremamente reduzidas para as necessidades de uma comunidade Xavante), foram voltando os que se haviam refugiado em outras aldeias, notadamente nas áreas das missões salesianas” (Serpa, 1990:133).

“A situação nesta área caracterizou-se por extrema tensão durante cerca de 15 anos (1965-1980). A disputa pela terra toma proporções trágicas na medida em que, durante a gestão do Gal. Bandeira de Mello à testa da FUNAI (1967-72), são cedidas certidões negativas aos proprietários da Fazenda Xavantina S.A. e outras relativas a uma área cerca de oito vezes maior do que a reserva e comprovadamente território Xavante tradicional. Segundo os Xavante, há oito sítios arqueológicos de antigas aldeias Xavante dentro da área então ocupada pelas Fazendas” (Serpa, 1990:134).

A tensão e o conflito entre os Xavante e a sociedade nacional se prolonga na Luta pela Recuperação do Território e a Demarcação das Terras para os Xavante

“A partir de 1960, após os momentos mais violentos e dramáticos do contato, os grupos Xavante assistidos pelos diferentes agentes do contato passam a reivindicar o direito de um território, garantido pela Constituição. Esse movimento pela recuperação e garantia de seu território tradicional se desenvolve durante as três últimas décadas e assume situações particulares nas várias áreas demarcadas posteriormente pela FUNAI” (Serpa, 1990:134).

“Vejamos então os fatos históricos que vieram marcar a formação das atuais reservas e áreas indígenas Xavante. Nesta reconstituição histórica nos baseamos, principalmente, no trabalho da Historiadora Marta Maria Lopes (1988) - A resistência do Índio ao Extermínio - O caso dos Akwe Xavante - 1967 - 1980, e complementamos alguns fatos com informações de Giaccaria E. Heide (1972), Maybury-Lewis (1984) e Lopes da Silva (1986), além dos relatos obtidos juntos aos Xavante da área de Parabubure, onde realizamos a Perícia de Campo” (Serpa, 1990:134-5).

#### “Formação da Reserva de Kuluene

“Parte do grupo que vivia em Parabubu rumou para a região do rio Culuene, onde segundo depoimento dos Xavante e os registros das fontes bibliográficas, existiam algumas aldeias: Oniudu, Ornitú're, Rituwawé. Como aconteceu aos Xavante de Parabubu, as epidemias levaram-nos a migrarem para o P. I. Simões Lopes e Batovi, por volta de 1953-1954. Não permanecendo nenhum Xavante na região do rio Culuene e do rio Couto Magalhães, assustados que estavam pela possibilidade de dizimação do grupo)” (Serpa, 1990:143-4).

“Por volta de 1973, os Xavante do P. I. Paraíso, e parte dos do Batovi resolveram retornar à região do rio Culuene. A iniciativa dos índios contou com forte oposição dos funcionários graduados da FUNAI. A região estava ocupada por posseiros que, aliados a grupos políticos da região de Barra do Garças, iniciaram em 1974 a construção de uma pequena vila denominada Patrimônio (cf. Lopes da Silva, 1986:05)” (Serpa, 1990:144).

“Em 1975 mais de 20 famílias estavam instaladas no local, e neste mesmo ano iniciou-se o conflito entre os Xavante e os posseiros da vila. Relata Marta Lopes que, “Jamiro Arantes do Nascimento, funcionário da FUNAI, avisou os moradores que evacuassem o patrimônio e as posses. Os índios começaram a matar o gado. Manuel Gomes notificou os posseiros. Estes retiraram seus rebanhos. Aqueles que insistiram em permanecer no Patrimônio enfrentaram os Xavante armados e muitos foram feridos. Os funcionários da FUNAI pediram ajuda da Polícia Federal e foram enviados para Kuluene com o fim de auxiliar os Xavante. Alguns posseiros ainda permaneceram na reserva de Kuluene até 1976, quando outro funcionário da FUNAI, Izanoel do Santos Sodré, os expulsou definitivamente”(op. cit.: 73)” (Serpa, 1990:144-5).

“No dia 11 de setembro de 1976 a reserva estava demarcada. Sua extensão era de 55.133 hectares e a população, em 1980, contava com 810 índios (cf. Lopes, M. M., 1988: 73)” (Serpa, 1990:145).

“Em 1978, iniciou-se a implantação do Plano de Desenvolvimento da Nação Xavante. Os índios receberam implementos agrícolas, sementes e adubos para iniciar a cultura de arroz em larga escala e criar gado” (Serpa, 1990:146).

“Afirma Marta Lopes, que “desde logo, perceberam que a área delimitada era insuficiente para proceder à rotatividade da cultura de arroz e passaram a reivindicar a ampliação da reserva. Além disso, havia outros motivos para a ampliação da reserva tratava-se de território imemorial Xavante, com inúmeros sítios arqueológicos; alterara-se o padrão de vida semi-nômade, a agricultura passou a ter posição de destaque na sobrevivência do grupo; houve proporcional crescimento demográfico dos Xavante” (op. cit.: 74-75).” (Serpa, 1990:146-7).

“A reivindicação dos Xavante evoluiu no sentido de ser ampliada esta reserva, de forma que incluísse a já demarcada reserva de Kuluene, e não sendo atendidos pela FUNAI até 1979, resolveram unir-se para atacar a Fazenda Xavantina S.A.. A empresa reagiu e recebeu o apoio da Delegacia de polícia de Barra do Garças que enviou para o local reforço policial” (Serpa, 1990:147).

“Esta iminência de conflito levou a FUNAI a solicitar junto ao presidente da república a assinatura do Decreto nº 84.337, de 21 de dezembro de 1979, que criava a reserva” (Serpa, 1990:147).

“Parabubu passou a ter 224.221 hectares, englobava as reservas de Couto Magalhães e Kuluene e possuía em 1981. 1.019 índios (cf, Lopes, M., 1988:75)” (Serpa, 1990:147).

Numa perspectiva complementar, a trajetória do contato entre sociedade nacional e Xavante, acentua o empenho dos Xavante em assegurar o seu direito sobre o seu território tradicional.

“A partir da década de 70, como já acontecera nas de 40 e 50, os Xavante ocupam com freqüência as manchetes dos jornais. Naqueles idos, eram notícias de selvagens que flechavam os aviões que ousavam sobrevoar suas aldeias nos confins da até então inexplorada Serra do Roncador ou que, heróica e dramaticamente, defendiam seu território da invasão de colonos brancos, de expedições de pacificação enviadas pelos órgãos oficiais, de missionários de todos os tipos. A partir de meados da década de 40 chegaram às cidades as boas novas dos contatos pacíficos. A região estava aberta à colonização e ao progresso; os selvagens destemidos, afinal, amansados. A década de 50 divulga notícias das expedições punitivas, dos massacres, das transferências de território, das

epidemias que disseminaram mais da metade da população Xavante” (Lopes da Silva, 1986:29).

“Que notícias são estas, as de 70? São as que mostram o processo de demarcação das Reservas Xavante, sua disputa por terras com posseiros e com as grandes empresas agro-pecuárias incentivadas e subsidiadas pela política desenvolvimentista do Estado brasileiro. São notícias que fazem o leitor pensar no Xavante como um índio “consciente”, reivindicador, sabedor do valor de seu próprio universo cultural e pronto a defendê-lo; conhecedor de seus direitos e pronto a preservá-los ou recuperá-los; um índio não mais enfeitiçado pelo mundo da civilização ocidental e que reage à dependência e à dominação, buscando formas mais justas de relacionamento entre os dois mundos. O exemplo dos Xavante chega, por vezes, a sugerir um padrão alternativo de relacionamento entre comunidades indígenas e o órgão tutelar; sugere novas perspectivas para a própria política indigenista na medida em que prova a possibilidade de uma minoria indígena fazer-se ouvir” (Lopes da Silva, 1986:30)

Há que lembrar ainda que em 1950 o governo do Estado de Mato Grosso “doara” um território aos Xavante, que retomou dois anos após.

Como mencionado acima, na segunda metade da década de 50 os Xavante, por diversas razões adversas, não permaneceram nesta parte de suas terras tradicionalmente habitadas. As terras, que já vinham sendo vendidas pelo Governo do Estado de Mato Grosso a um sem número de aventureiros, puderam ser efetivamente ocupadas por estes. As irregularidade cometidas pelo Estado, no esbulho das terras indígenas, não somente dos Xavante, são de domínio público (ver SERPA; 1990:167). Anteriormente, o Governo do Estado “doara” aos Xavante, através do Decreto Estadual Nº 903, “as terras que ocupam no município de Barra do Garças”, com uma extensão de quase dois milhões de hectares. Porém, impôs cláusula que previa a reversão das terras ao Estado no prazo de dois anos, caso o SPI não fizesse a sua demarcação e fiscalização. Tal desfecho era previsível, levando em conta a inoperância do órgão. Já em 1952 o governo retomava a sua posse e passava a expedir títulos a terceiros, sobre aquelas terras que os índios habitavam. No mesmo ano de 1952, foi levada proposta ao Congresso Nacional da criação de uma enorme reserva, no nordeste do Mato Grosso, que seria o “Parque Indígena do Xingú”. Neste estavam inclusas as terras ocupadas pelos Xavante, desde os afluentes do Rio Xingú, como o Rio Kuluene, até o Rio das Mortes. Porém, apenas em 1961 o Parque Nacional do Xingú veio a ser criado, excluindo o território Xavante (SERPA, 1990:169). (Ver anexo)

De modo que os índios Xavante mantiveram uma forma permanente de posse desse território correspondente à Terra Indígena Parahubure, mesmo que não tenham se mantido em aldeias na área, no período em que foram mais

seriamente hostilizados por massacres e epidemias, como ocorreu na década de 1950, ocasião em que o Estado de Mato Grosso fitou a terra.

*Que os senhores peritos formulem outras considerações que tiverem por-pertinentes.*

Os Xavante, ao mesmo tempo que mantêm sua forma cultural de viver, vai igualmente procurando se adaptar às novas condições, decorrentes do contato imposto pela sociedade nacional. Sua população cresce até hoje, quando soma mais de dez mil indivíduos nas diversas áreas. Recordo aqui alguns dados e considerações da etnóloga Aracy Lopes e Silva que os pesquisou na década de 70/80.

“Os Xavante somam hoje, aproximadamente, 5.000 pessoas, distribuídas em 35 aldeias localizadas em sete reservas, no Mato Grosso. Constituem, com os Xerente de Goiás, os grupos Akwe, também conhecidos como Jê Centrais. Se, por um lado, é possível falar-se genericamente da situação atual dos grupos Xavante, por outro é imprescindível lembrar que cada um deles tem passado por experiências históricas, até certo ponto, diversas. Cada um deles cristaliza uma situação que pode encontrar nas outras grandes semelhanças ou mesmo identidades estruturais. Por isso mesmo, as variações entre elas tornam-se muito significativas. As semelhanças profundas se explicam pelo fato de que cada um dos grupos representa um mesmo sistema social - o Xavante - reagindo a uma situação de mudança decorrente do contato com a sociedade nacional; as variações indicam o modo particular pelo qual cada um destes conjuntos de comunidades viveu e vive este contato” (Lopes da Silva, 1986:31).

“Na época do contato, segundo Maybury-Lewis, os Xavante plantavam milho, abóbora, feijão, mandioca, e dedicavam pouquíssimo do seu tempo à roça, já que sua subsistência era tirada basicamente da caça e da coleta, a agricultura servindo para fornecer alimentos próprios de situações rituais (1984: 93-96). Hoje, todo adulto, seja homem ou mulher, dificilmente deixa de fazer uma visita diária à roça e, em média, pode-se dizer que trabalha ali de duas a quatro horas por dia, embora o trabalho feminino e infantil da agricultura seja mais freqüente. A participação do homem é, como se sabe, maior na derrubada e preparação do terreno e no plantio, cabendo a limpeza e conservação e a colheita às mulheres. A cultura do arroz - hoje vital para os Xavante e que ocupa a maior porção da área de suas roças - exige, porém, participação constante de ambos. Periquitos, pacas, capivaras e a chuya que derruba e inutiliza o arroz em cacho são concorrentes ferozes que é preciso enfrentar. Colher,

secar e bater o arroz são tarefas tanto masculinas quanto femininas” (Lopes da Silva, 1986:45).

“Mamão, melancia, melão, banana, novos tipos de feijão e milho, mandioca brava, amendoim e batata doce são alguns dos alimentos incorporados pelos Xavante e cultivados em suas roças a partir do contato com os brancos” (Lopes da Silva, 1986:45-46).

“Assim, é preciso dizer que, no sistema Xavante tradicional, como é fato entre as sociedades indígenas brasileiras de modo geral, cada grupo local (a aldeia, neste caso) controla um território que seus membros sentem coletivamente como seu. Isto era feito, tradicionalmente, por meio da guerra. Na qualidade de membro do grupo é que o indivíduo tem direito a explorá-lo e usufruir de seus bens. Mesmo que haja, como os Xavante, uma noção muito consciente de propriedade individual de certos bens (como os produtos da roça e a própria roça, por exemplo) há, como se sabe, atividades comunais de exploração do meio ambiente, assim como mecanismos e canais de redistribuição dos bens que garantem uma situação de igualdade básica” (Lopes da Silva, 1986:47).

“A terra é coletiva, o acesso a ela e às matérias primas para o trabalho artesanal é essencialmente o mesmo para todos os membros do grupo; o conhecimento do meio ambiente e das técnicas de sua transformação é socializado; a acumulação dos bens é impedida por mecanismos de redistribuição criados a partir de laços de parentesco, de relações rituais e políticas e de outros sistemas de classificação social (como as classes de idade entre os Jê, por exemplo)” (Lopes da Silva, 1986:47).

“Tudo isto permite que a noção de propriedade individual exista dentro de limites muito precisos” (Lopes da Silva, 1986:47).

### Bibliografia

- Baptista, Angela Maria,  
"Imemorialidade da Presença Indígena, Pimentel Barbosa e Parabubu"  
(Informação s/n/DID/DGPI - Ref.: Memo.no,60/PJ/81 ), 1981.
- Giaccaria, B. e Heide, A.  
"Xavante - Povo Autêntico". São Paulo, Editorial Dom Bosco, 1972.
- "Significado da água na Cultura Xavante". in Rev. de Antropologia Vol  
21, I parte. São Paulo, EDUSP, 1978.
- Maybury-Lewis, David  
"A Sociedade Xavante". Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1984.
- Ravagnani, Oswaldo Martins - "A Experiência Xavante com o Mundo dos  
Branços". In: Textos, n. 9, Unesp, Faculdade de Ciências e Letras,  
Araraquara, 1991.
- Serpa, Paulo Marcos de Noronha - "Laudo - Território de Ocupação Xavante -  
um estudo de ocupação imemorial Xavante do Vale do rio Couto Magalhães  
(Área Indígena Parabubure)". São Paulo, 1990.
- Davis, Shelton "As vítimas do milagre - o desenvolvimento e os índios do  
Brasil". Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1978.
- Silva, Aracy Lopes da  
"Xavante: Casa - Aldeia - Chão - Terra - Vida", in "Habitações  
Indígenas". Novaes, Sylvia Caiuby (org). São Paulo, Liv. Nobel S.A. / EDUSP,  
1983.  
--"Nomes e Amigos - da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê". São  
Paulo, FFLCH-USP, 1986.  
--"Estudo do Laudo Antropológico assinado pelo Senhor Jurandir Brito da  
Silva, nos autos da Ação de Desapropriação indireta n. 10.535/83". São Paulo,  
USP - FFLCH - Depto. de Antropologia. Texto mimeografado. Arquivo CEDI,  
XVD 92, 1987.
- Valadão, Virginia Marcos  
Laudo Antropológico referente à Ação Ordinária n. 90.181-1.  
Mimeografado, 1994.